



Intervenção

Resumo dos Trabalhos da 2ª Secção e ponto da situação dos Baldios no Panorama Nacional

Saudar todos os presentes e resistentes,

Agradecer a disponibilidade por abdicar de um Domingo em família para estar presente no 9º Congresso da CNA para estar presente na luta pela Agricultura Familiar e pelo Mundo Rural.

Estamos a acompanhar um momento de mudança na floresta em Portugal, os incêndios de 2017 e os efeitos negativos do COVID-19 provaram isso. São anunciados todos os dias novos programas de financiamento e apoios para a Floresta (Compete 2020, PDR2020, FA, FFP, PNA...) com financiamentos a 100%, mas com taxas de execução muito baixas. Ainda ontem o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa fez uma chamada de atenção à Ministra da Coesão Territorial a dizer que iria estar atento a estas taxas de execução.

São anunciados todos os dias novos despachos, novas leis, novas portarias para a temática das florestas, mas isto não resolve os problemas, o que resolve os problemas é o diálogo entre as Federações e o Governo...é o diálogo entre os técnicos e os especialistas...é aqui que se pode definir as linhas de orientação, é aqui que se pode definir a estratégia para o futuro.

Não posso deixar de passar esta oportunidade sem deixar uma nota ao ICNF, que olhe para nós não como rivais, mas sim como parceiros para os ajudar a cumprir aquilo que esta na legislação. Não conseguimos entender como reunimos mais facilmente com o Secretário de Estado do que com a direcção do ICNF. O ICNF não pode apenas ser co-gestor nos baldios onde existe madeira, também tem de ser gestor nos baldios sem recursos... esses sim precisam desesperadamente de apoio.

O ICNF tem de cumprir aquilo que esta na lei dos Baldios, se não para que é que existe legislação se não é para ser cumprida? Um baldio passa para autogestão e o ICNF solicita ao Baldio que lhe envie o limite do Baldio, isto não se compreende!!! Era função do ICNF como co-gestor fazer esse limite durante o tempo que foi co-gestor.

Temos vindo a assistir a movimentos no sentido de alterar a Lei dos Baldios, tentativas estas que não são novas, mas que não estamos livres que voltem a acontecer, é preciso estar atento, e se isso acontecer devemos estar preparados para ir para a rua com os compartes de Portugal denunciar esta situação publicamente... denunciar este intento de retirar novamente os baldios aos seus legítimos donos, os baldios são dos compartes, esta previsto na constituição da República!!

Os novos Agrupamentos de Baldios estão previstos no PNA até 2030. Está previsto que 80% dos BALDIOS estejam constituídos em Agrupamentos de baldios, estes agrupamentos da BALADI têm vindo a ser apontadas como um modelo de sucesso, ao contrário dos agrupamentos de outras Federações. A BALADI tem demonstrado publicamente os resultados dos seus agrupamentos, tem publicado online todos os projectos, tudo com a máxima transparência uma vez que nada tem a esconder. As outras Federações não o fazem não sabemos porque é pior do que isso não são obrigados a fazê-lo mesmo tratando-se de

dinheiros públicos. Novos contractos, programas para a constituição de novos agrupamentos estão a ser discutidos, mas até a data tudo muito informal.

Tenho de vos falar nos Projectos do REACT para focar a questão que temos vindo a insistir com o ICNF para reunirmos e discutir a nova co-gestão que acaba em 2026, mas até à data sem resultados. Os baldios nestes projectos do REACT assinaram documentos a dizer que se comprometem a continuar em co-gestão com o ICNF mesmo depois de 2026, ora, estão a assinar condições que nem sabem ainda quais serão. E eu pergunto se agora a co-gestão esta em 60% para o Baldio e 40% para o ICNF, se na próxima co-gestão estiver 90% para o ICNF e 10% para o Baldio no que diz respeito as vendas de material lenhoso, nada os proíbe de cometerem uma calamidade destas, daí a necessidade de reunir o mais rapidamente com a direcção do ICNF e discutir esta nova co-gestão de modo a satisfazer as necessidades das comunidades.

Estamos a fazer projectos com base em tabelas de preço feitas em 2015, mas os preços de 2015 até agora subiram muito. Os projectos vêm aprovados, geralmente demoram meses e depois vem tudo ao mesmo tempo o que condiciona depois o mercado em termos de empresas disponíveis para executar os projectos e pior depois não é fácil executar os projectos pelos preços aprovados, e isso leva a muitas vezes projectos aprovados que ficam pelo caminho e lá se vão as taxas de execução e as verbas são transferidas sabe-se lá para onde.

Atenção aos contractos que assinam de eólicas e fotovoltaicas, na questão do período pelo qual são alugadas essas áreas 90 anos, não pode ser... a lei permite 20 anos renováveis por 4 períodos iguais. Não assinem contractos sem antes consultar o departamento jurídico da BALADI é para isso que existimos.

Arrendamento das áreas para sequestro do carbono, os últimos movimentos no sector apontam para pagamentos na ordem dos 120€/ha... vejamos, se uma pessoa que tenha 1ha de carvalhal decidir limpar o seu terreno para receber os pagamentos do sequestro de carbono ela terá de gastar em média cerca de 1000€/ha para depois apenas receber os 120 €/ha, desta forma penso que não será um incentivo. O ideal seria um complemento, por exemplo, as MAZD e Agro-ambientais. Se uma pessoa tem 1ha de castanheiro pode receber MAZD'S porque é que aquele que tem carvalhos autóctones não pode? Pensemos na floresta com a agricultura em conjunto.

Os prejuízos causados pelos animais selvagens, o ICNF tem de assumir as suas responsabilidades e não pode apenas aparecer no dia de receber do aluguer das zonas de caça.

Para finalizar, se as verbas disponíveis nos diferentes programas de apoio forem bem aplicadas os Baldios e a Floresta em Portugal terão um papel importante e fulcral no combate as alterações climáticas, na criação de economia rural e local e na fixação das populações no interior. Só se fixa população no interior criando postos de trabalho e grande parte dos postos de trabalho são na floresta, nos baldios, no mundo rural.

Viva o 9º Congresso da CNA

Viva o Mundo Rural

Viva a CNA.

6 de Novembro, Viseu

Daniel Serralheiro, Executivo da CNA